

15° 2021 FEPEG

FÓRUM DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E GESTÃO

“Universidade e a transformação pela inovação tecnológica: Novas formas do fazer pedagógico.”



AUTOR(ES): HALYRIA MARIA VENTURA OLIVEIRA E LUCAS CARVALHO RÔLA SANTOS.
ORIENTADOR(A): LUCAS CARVALHO RÔLA SANTOS

“NOVA OBJETIVIDADE BRASILEIRA”: CORRESPONDÊNCIAS SOCIOECONOMICAS E ARTÍSTICAS COM O BRASIL DE HOJE

Introdução

O presente trabalho é fruto de Iniciação Científica Voluntária (ICV), desenvolvida dentro Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) entre março de 2020 e fevereiro de 2021. O texto traz as principais informações e discussões levantadas pela pesquisa, bem como suas conclusões. O empreendimento permanece em nova ICV, com novos propósitos, derivativos deste projeto. O ponto de partida foi promover uma análise teórico-crítica e histórico-contextual do texto “Esquema Geral da Nova Objetividade Brasileira”, de Hélio Oiticica. Produzido em 1967, o texto integrou catálogo de mostra de nome quase análogo realizada no Museu de Arte Moderna – MAM, do Rio de Janeiro, contando com inúmeros nomes da vanguarda artística que atuavam primariamente no eixo Rio-São Paulo nas décadas de 1950 e 1960. Partindo do texto, tomamos como principal objetivo compreender a fundo os princípios que nortearam a “Nova Objetividade Brasileira”, elencados nele de maneira bastante direta e precisa em seis tópicos, e levantar dados histórico-sociais dos contextos brasileiros das décadas de 1950/60 e do contexto brasileiro atual, tecendo uma análise comparativa entre esses períodos históricos, a fim de colocar em pauta suas distinções e proximidades, e se os princípios propostos há quase sessenta anos para uma produção artística que pretendia uma clara mudança estrutural no país ainda têm razão de ser, podendo ser repensados para nossa realidade atual como base para novas iniciativas. Além disso, também pretendeu-se verificar se havia maiores correlações entre o movimento da “Nova Objetividade Alemã”, nascido na década de 1920, e a brasileira, que ultrapassassem a relação nominal.

A “Nova Objetiva Brasileira” (NOB) caracterizou-se por uma tomada de intenção propositiva para produção artística. Essa tomada envolvia alguns pilares claros, com uma ética de ação político-social-artística bastante determinada – o que invariavelmente levava a um modelo específico de teoria da arte, ao mesmo tempo restrita (pois que as obras precisavam atender às características propostas) e complexa para o Brasil (pois que seu efeito visava o além-arte, não apenas a obra ou a representação, mas sim a ação: uma ação instaurada pelo objeto artístico – ou sua proposta – que conduziria a transformações efetivas da sociedade). Os pilares desse pensamento teórico podem ser resumidos da seguinte maneira: o entendimento de estar num país subdesenvolvido, com grave desigualdade e a pergunta de qual arte cabe a esse país e o que deve o artista fazer diante dessa realidade; a noção de que, num país com tantos problemas, é necessário estabelecer uma forma de vontade construtiva coletiva; a demanda de posicionamento político por parte do artista; o entendimento de que a arte, distante da realidade social, fechada em meios de legitimação, é uma arte elitista e que o artista comprometido deve negar essa arte (resgate da antiarte); a tomada de consciência das organizações populares autônomas (“escolas de samba, ranchos, frevos, festas de toda ordem, futebol, feiras” (OTICICA, 2009, p. 166)) e a valorização dessa riqueza e organização popular como uma cultura efetiva de onde devem advir transformações reais; o pensamento do artista mais como um propositor, e não um criador autônomo, e finalmente a demanda por formas participativas de arte, o que, somado à noção do artista como propositor e às organizações populares, poderia levar a “uma arte coletiva total” (OTICICA, 2009, p. 166). Preliminarmente, é possível perceber correspondências claras com questões do Brasil de hoje. O objetivo dessa pesquisa foi tentar aprofundar e avaliar essas possíveis correspondências com dados concretos, e traçar perspectivas para emprego desses princípios na atualidade.

Metodologia:

Foram levantadas fontes primárias e secundárias, com prioridade a obras e textos produzidos pelos próprios artistas, que contextualizam período e produção teórico-artística. A saber o próprio “Esquema geral da Nova Objetividade”, o

15° 2021 FEPEG

FÓRUM DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E GESTÃO

“Universidade e a transformação pela inovação tecnológica: Novas formas do fazer pedagógico.”



manifesto do Grupo Ruptura, produzido por Waldemar Cordeiro, “A teoria do não-objeto” e “Manifesto Neoconcreto”, ambos de Ferreira Gullar. Também foram levantados dados socioeconômicos das décadas de 1950 e 1960, e dos anos de 2015 a 2020 para fins de análises comparativas, com apoio nos estudos de Souza, IPEA, *Credit Suisse* e outros.

Entre os “50 em 5” e o AI-5: as correspondências socioeconômicas no surgimento da NOB

A “Nova Objetividade Brasileira” situa-se num momento histórico pontual como espécie de reflexo da situação, decorrência dos anos anteriores, e antecipação do que ainda estaria a vir: já com a ruptura democrática e a instauração do regime militar em 1964, uma década depois dos “50 anos em 5”, plano de ação e slogan do governo de Juscelino Kubitschek, mas antes ainda do vinturo AI-5. Nesse contexto, seus artistas e obras não apenas haviam acompanhado as recentes turbulências político-sociais, como mostravam, nos próprios interesses artísticos, a oscilação de perspectivas socioeconômicas do país. De modo geral, grande parte dos artistas que compunham a NOB advinham dos grupos Concretistas que haviam surgido no Brasil na década de 1950, dividindo-se entre o Grupo Ruptura, de São Paulo, e o Grupo Frente, do Rio de Janeiro, com propostas confrontantes, mas com um cerne otimista comum.

A década de 1950, apesar da sua instabilidade política, marcada pelo suicídio de Getúlio Vargas e clara campanha de golpe contra a posse de JK, mostrou o ápice de uma “Era de Ouro” desenvolvimentista, com queda da desigualdade. Apenas entre os anos 1950 e 1960, há decréscimo da concentração de renda do 1% mais rico do país de cerca de 13% para menos de 8% dos rendimentos totais tributáveis (SOUZA, 2016, p. 285). O próprio Souza (2016, p. 287) aponta que “o salário mínimo real atingiu seu pico histórico justamente no fim do governo JK”; que “havia liberdade sindical e renovada militância” e que “os anos 1950 foram uma época em que a cidadania realmente se expandiu, até mesmo em função da urbanização, pois a regulação do trabalho abrangia apenas o setor formal urbano”.

Esse otimismo fez-se observar na arte: sob a influência do renovado interesse pelas artes aplicadas associadas à indústria que insurgiu no Construtivismo Russo, chegou à Bauhaus e aportou aqui com a exposição de Max Bill, no MASP, em 1951, o Grupo Ruptura pregava a arte “com grandes possibilidades de desenvolvimento prático” (CORDEIRO et al., 1952). Suas obras pretendiam aliar arte, *design*, funcionalidade e indústria em objetos úteis e acessíveis que levassem o desenvolvimento, de forma pragmática, à população. O Grupo Frente, por sua vez, defendendo uma arte mais subjetiva e individual, eventualmente deu origem, com alguns de seus artistas, ao Grupo Neoconcreto, que pretendia reafirmar a liberdade expressiva da arte (“a arte neoconcreta funda um novo “espaço” expressivo” (GULLAR et al., 1959)) e enfatizar o caráter fenomenológico da apreensão de uma produção advinda “de uma necessidade de exprimir a complexa realidade do homem moderno” (GULLAR et al., 1959), mas cujos artistas também haviam se engajado em projetos reformadores da indústria nacional – a exemplo, Lygia Pape e a reformulação das embalagens e do envase da Piraquê, e a reforma editorial promovido por Amílcar de Castro no *Jornal do Brasil*.

A partir da década de 1960, todavia, ambos os projetos começam a soar gradativamente utópicos, culminando com a deposição de João Goulart e a ruptura democrática, em abril de 1964. A título de correspondência socioeconômica, em 1964, a concentração de renda do 1% mais rico do país estava em 7% da renda tributável total brasileira. Apenas três anos depois, na época da NOB, o índice já havia subido para 12% (SOUZA, 2016, p. 291). Neste contexto, de crescente arrocho salarial, desvalorização de rendimentos e aumento da desigualdade, como esperar que a população possa ter acesso a produtos utilitários de qualidade como sonhava o Grupo Ruptura? Ao mesmo tempo, como crer ainda na liberdade de expressão e no subjetivismo Neoconcreto com o evidente aumento da perseguição das liberdades individuais, cassação e limitação de direitos civis? É nesse cenário que emerge a “Nova Objetividade Brasileira”.

O vetor contrário da Nova Objetividade

Não foi encontrado nenhum dado que demonstre uma relação mais profunda com a *Neue Sachlichkeit* da década de 1920 alemã. De fato, a coincidência dos termos parece mais secundária do que qualquer outra coisa, tanto se considerarmos as diferentes traduções que *Neue Sachlichkeit* podem ter, quanto se pensarmos que a Nova Objetividade alemã se opunha às vanguardas modernas europeias, e a brasileira é colocada, por Oiticica (2009, p. 154), logo no primeiro parágrafo do “Esquema Geral” como um “estado da arte brasileira de vanguarda atual”. Sabe-se, todavia, que a ideia de “nova objetividade” já estava presente no pensamento do artista pelo menos desde 1966. No evento “Proposta 66”, Oiticica chegou a dizer: “toda a minha evolução de 1959 para cá tem sido na busca do que vim a chamar recentemente de uma nova objetividade” (OITICICA apud NOVA Objetividade Brasileira).

15° 2021 FEPEG

FÓRUM DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E GESTÃO

“Universidade e a transformação pela inovação tecnológica: Novas formas do fazer pedagógico.”



Podemos conjecturar, entretanto, de onde partia esse desejo pelo olhar objetivo: a partir de 1963/1964, o artista havido passado a frequentar o Morro da Mangueira, no Rio de Janeiro, onde teve contato direto com uma crua realidade social do país. Essa realidade mostrava uma situação de acesso a assistências públicas bastante precária conjugada a uma cultura de resistência. Segundo o IPEA (2010, p. 77-82), o acesso a políticas de assistência social se dava majoritariamente por intermédio de iniciativas privadas baseadas no caráter filantrópico, o acesso à saúde era excludente e cerca 66% da população, tanto rural quanto urbana, na faixa de 7 a 14 frequentava a escola apenas em razão da garantia de gratuidade provida pelo estado, sendo 40% da população na faixa de 15 anos ou mais ainda analfabeta. Nesse sentido, o clamor por uma “nova objetividade” parece advir da mudança de direção de um vetor produtivo. Não mais uma abstração (a teoria do não-objeto neoconcreta), ou uma ideação (a arte científica e prática do Ruptura) que pretende ir para o real e se impor na sociedade, mas sim o real objetivo que pretende vir e se impor na arte. Nada mais emblemático dessa alteração do que a tentativa de Oiticica de levar passistas de Escola de Samba para dentro do MAM-RJ, em 1965, na mostra “Opinião 65”, impedida pela direção do museu.

O Brasil remoto e a pandemia

A intenção analítico-comparativa da pesquisa foi prejudicada pela pandemia da Covid-19, que alterou drasticamente os indicadores de desenvolvimento socioeconômico em curto espaço de tempo de forma global. Mas mesmo antes da pandemia, os dados eram alarmantes: em dados referentes à 2017, o Brasil frequentava o 7º lugar no *ranking* dos países com mais desigualdade social. À época, o Brasil era o 2º lugar em maior concentração de renda, com o 1% mais rico concentrando 29% da renda do país (BERMÚDEZ, A. C.; MADEIRO, C.; REZENDE, C, 2019). Com a pandemia, a situação piorou. Estudo recentemente publicado pelo *Credit Suisse* mostrou que “em 2020, quase a metade da riqueza do país foi toda para a mão do 1% mais rico da população: 49,6%. Em 2019, eles detinham 46,9%” (ELIAS, 2021) (importante destacar que as metodologias aplicadas para chegar nessas porcentagens são diferenciadas em cada estudo e, portanto, não compatíveis objetivamente. O que nos interessa é a progressão dos indicadores). Cerca de 17,7 milhões de pessoas voltaram a pobreza no mesmo período e aproximadamente 10,3 milhões caíram em insegurança alimentar (CEE-FIOCRUZ, 2021). Nesse vácuo deixado, outras formas que não a Arte Participativa já está em operação. O avanço tecnológico e a ampliação do acesso aos meios de comunicação facilitaram a entrada dos veículos de rádio, televisão e internet nos lares brasileiros, em detrimento de propostas educacionais que garantam a formação autoconsciente: esses veículos e meios têm o principal papel de agirem como formadores de opinião e comportamento. A democratização de dispositivos eletrônicos e do acesso à internet (embora ainda haja um grande número de desconectados no país), trouxe diversos efeitos: em um lado, faz chegar a cultura de massa para muitas regiões ao mesmo tempo, solapando manifestações locais e homogeneizando desejos e comportamentos, do outro espelha e espalha essa homogeneização de forma *memética* em redes sociais, autolegitimando-se em *likes* e bolhas relacionais.

Considerações finais: como, num país subdesenvolvido, “situar a atividade do artista?”

O Brasil de hoje, sem dúvida, é outro, mas a pergunta acima (OITICICA, p. 167) permanece. A abertura política, a promulgação da Constituição de 1988, bem como efeitos colaterais do avanço tecnológico e modificações macro e microeconômicas tem trazido melhorias da qualidade de vida a modo geral. Todavia, permanece sintomático o abandono do Estado com relação a periferia e a escalada da desigualdade claramente apontadas pelos dados e sua correlação com a diminuição da democracia. É, paradoxalmente, na maior diferença dos contextos de antes e agora que a “Nova Objetividade” sessentista ainda tem mais razão de ser: a incidência do comportamento de rede social desacopla os indivíduos da potência do corpo, cria uma relação disruptiva entre ato e imagem, e principalmente torna as pessoas cada vez mais individualizadas e voltadas para autopromoção num sistema de pensamento próprio da indústria cultural. Precisamos urgentemente sair da fragmentação das aparências a favor do contato participativo e coletivo com a vida. Num espaço assolado pelo aumento das “*fake news*”, pela relação de representação nos âmbitos social e político, a arte carece justamente do seu oposto (antiarte): escapar do simulacro, da representação, em direção a um novo olhar objetivo e propositivo; se antes uma das ideias da NOB era superar o quadro e o cavalete, hoje talvez devamos superar as telas virtuais, e também novamente os espaços legitimadores, e recuperar a construção efetiva da vida – é aí que deve situar a atividade do artista e é nesse sentido, de embasar melhor essas correlações de proposições teórico-artísticas que tem se direcionado a nova etapa da pesquisa, em nova ICV e Trabalho de Conclusão de Curso em Artes Visuais.

15° FEPEG

FÓRUM DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E GESTÃO

“Universidade e a transformação pela inovação tecnológica: Novas formas do fazer pedagógico.”



Referências

- BERMÚDEZ, A. C.; MADEIRO, C.; REZENDE, C. Brasil é o 7º país mais desigual do mundo, melhor apenas do que africanos. Portal UOL, 2019. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/12/09/brasil-e-o-7-mais-desigual-do-mundo-melhor-apesar-do-que-africanos.htm>. Acesso em: 25 Set. 2021.
- CORDEIRO, W. et al. Ruptura. 1952. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/manifesto-grupo-ruptura/vwHniamcAKZdzc>. Acesso em: 25 Set. 2021.
- ELIAS, J. Desigualdade no Brasil cresceu (de novo) em 2020 e foi a pior em duas décadas. CNN Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/desigualdade-no-brasil-cresceu-de-novo-em-2020-e-foi-a-pior-em-duas-decadas/>. Acesso em: 25 Set. 2021.
- GULLAR, F et al. Manifesto Neoconcreto. 1959. Disponível em: <http://www.dopropriobolso.com.br/index.php/cultura-geral-80603/47-textos-escolhidos/2214-manifesto-neoconcreto-1959>. Acesso em: 25 Set. 2021.
- HÉLIO, O. Esquema Geral da Nova Objetividade. In: FERREIRA, G; COTRIM, C (Org.). **Escritos de Artistas**: anos 60/70. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. P. 154-168.
- CEE-FIOCRUZ. A pandemia agravou a desigualdade de renda e a pobreza no Brasil. Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, 2021. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=a-pandemia-agravou-a-desigualdade-de-renda-e-a-pobreza-no-brasil>. Acesso em: 25 Set. 2021.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Ipea 46 Anos: **Uma Breve Retrospectiva sobre as Políticas Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2010. p.71. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1663/1/TTD_1500.pdf. Acesso em: 25 Set. 2021.
- NOVA Objetividade Brasileira. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento81894/nova-objetividade-brasileira>. Acesso em: 25 Set. 2021.
- SOUZA, P. H. G. F. **A desigualdade vista do topo**: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Sociais, 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22005/1/2016_PedroHerculanoGuimar%C3%A3esFerreiradeSouza.pdf. Acesso em: 25 Set. 2021.